



FL. Nº  
Anexo – notas taquigráficas  
Proc. nº  
CMSP – NOME DA CPI  
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE  
SÃO PAULO**

**SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR**  
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES – GRUPO DE  
TRABALHO DO PLANO MUNICIPAL**

**PRESIDENTE: REIS**

TIPO DA REUNIÃO: ORDINÁRIA  
LOCAL: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO  
DATA: 27 DE JUNHO DE 2014

**OBSERVAÇÕES:**

- Notas taquigráficas sem revisão
- Orador não identificado
- Manifestação fora do microfone

**O SR. PRESIDENTE (Reis)** – Presente o Vereador Toninho Vespoli e na qualidade de Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esportes, declaro aberta a quinta reunião do grupo de trabalho para dar início ao aprimoramento do PL 415/12, do Executivo Municipal, que aprova o Plano Municipal de Educação da Cidade de São Paulo para o decênio 2011-2020. O tema da reunião de hoje é: valorização profissional, gestão democrática e gestão educacional.

Por conta da discussão do Plano Diretor, a presença dos Srs. Vereadores está sendo exigida, pois assinaremos os pareceres para poder terminar o Congresso de Comissões e ver se há possibilidade de votar ou não o Plano Diretor na data de hoje ou na segunda-feira. Também outro projeto que provavelmente será apreciado agora, que trata da Copa do Povo, está exigindo a presença dos Srs. Vereadores. Quem continuará esta reunião, portanto, será nossa assessoria, para que os trabalhos não sejam prejudicados.

Lembro que na próxima segunda-feira teremos a última reunião do grupo de trabalho, para a qual espero contar com a presença de todos vocês.

Passo a palavra para o Sr. Relator do projeto.

- Assume a presidência dos trabalhos o Sr. Toninho Vespoli.

**O SR. TONINHO VESPOLI** – Realmente eu e o nobre Vereador Reis teremos que subir agora, mas os assessores têm todas as condições de anotar as contribuições para depois podermos construir o substitutivo.

Bom trabalho a vocês e esperamos construir coletivamente um plano que atenda às necessidades da sociedade. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Reis)** – E se tivermos uma folga lá, desceremos para acompanhar a sessão. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amaral)** – Boa noite. Meu nome é Eduardo Amaral, da assessoria do gabinete do Vereador Toninho Vespoli. Estamos também sendo

acompanhados pelo Nilson, do gabinete do Vereador Toninho, e pela Silvana, do gabinete do Vereador Reis.

Em virtude da tramitação do Plano Diretor, estamos tendo esse contraponto da ausência dos Vereadores, mas, para não prejudicar o andamento dos trabalhos, daremos continuidade à reunião e vamos registrar subsídios para a elaboração do substitutivo da Comissão de Educação, Cultura e Esportes da Câmara Municipal de São Paulo.

O tema da reunião de hoje é valorização profissional, gestão democrática e gestão educacional. Como fizemos das últimas vezes, vamos abrir a palavra a todos para que apresentem seu posicionamento.

Primeiramente, tem a palavra a Benê, do Sinesp.

**A SRA. MARIA BENEDITA DE CASTRO ANDRADE** – Boa noite. Nós temos para discutir três temas, a gestão democrática, a valorização e a gestão educacional. Vou começar pela gestão democrática. É sabido que no Município de São Paulo temos uma carreira estruturada, cargos que são providos por concurso público da classe docente, da classe dos gestores. Recentemente, a Conae ocorreu no âmbito municipal e referendou concurso para os gestores. Essa questão nem se discute, isso já está posto inclusive na proposta do Plano, que se encontra em discussão.

Agora gostaria de apontar outros fatores que consideramos importantíssimos para a gestão democrática. Evidentemente, ela não se limita à forma de provimento, e uma das coisas que consideramos importantíssimas é o conselho de escola. Teria que haver uma proposta de formação para os conselhos de escola para que eles pudessem atuar com segurança. Outra coisa também muito importante é que as reuniões do conselho sejam feitas de forma a facilitar a participação das pessoas; portanto, aos sábados ou à noite para que as pessoas possam realmente participar e de uma forma bem qualificada.

Uma proposta que achamos importantíssima que haja é que a gestão tenha mais autonomia, o que significa que as pessoas envolvidas possam realmente participar da tomada

de decisões, que suas opiniões sejam levadas em consideração. A comunidade escolar precisa ser estimulada. Passamos por um período muito sério de ditadura, período em que a participação das pessoas ficou muito restrita. Por isso, agora, as pessoas precisam ser estimuladas a participar. Não defendemos um faz de conta, não, as opiniões têm que ser levadas em consideração, sim. Defendemos, então, que a comunidade seja estimulada, que os conselhos tenham uma formação que propicie isso.

Dentro desse cenário todo, consideramos ainda importantíssimo o espaço proporcionado pela Comissão de Educação desta Casa. Seria interessante ter mais informação, mas, pelo que sabemos até agora, é prerrogativa de quem está produzindo a Comissão ceder ou não espaço para que outros possam participar, para que o munícipe possa participar. Defendemos que haja, sim, um espaço permanente de participação, independentemente da quantidade de processos a serem analisados. Não sei se estou certa, mas é prerrogativa da presidência da Comissão e de seus membros concederem ou não a palavra ao munícipe, e defendemos que haja um espaço permanente de diálogo, de discussão.

Dentro da gestão democrática, propomos a criação e o funcionamento do grêmio estudantil, um espaço que o jovem tem dentro da unidade escolar para poder se expressar, para poder participar, para realmente ser um ator na tomada de decisões dentro da escola. Se o grêmio estiver bem estruturado, bem coerente, as condições da escola tendem a melhorar, e muito, com a participação dos alunos. É importantíssimo, então, que haja espaço para o grêmio e que se dê estímulo e condições para que ele funcione.

Por último, reforço a necessidade de ter formas alternativas de comunicação e expressão, porque, se toda participação tiver uma única via, fica muito difícil. Então, a escola, os atores todos envolvidos têm que desenvolver várias formas de expressão para garantir a participação de todos.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amaral)** – Tem a palavra o Adelson, do Sinpeem.

**O SR. ADELSON CAVALCANTI DE QUEIROZ** – Boa noite. Como vice-presidente do Sinpeem – Sindicato dos Profissionais em Educação, lembro que acabamos de sair de uma greve de 41 dias que fizeram surgir efeitos para a categoria, mediante nossa luta e nossa organização. Seguindo o mesmo raciocínio da Benê, além de tudo o que ela falou, acho que os grêmios escolares devem ser muito incentivados e estimulados, mas não tutelados; que tenham estrutura, mas que sejam coordenados pelos alunos e não tutelados pela mantenedora e/ou pelo serviço público. Isso visa realmente à gestão e a uma independência política desses grêmios, um grêmio que seja realmente livre que seja conduzido pelos alunos. Pelo menos em termos de Sinpeem, não queremos a volta do que acontecia no passado, na época da ditadura: professores de Educação Moral e Cívica ou OSPB ou professor orientador de grêmio. Quem já era educador naquela época acompanhou isso e sabe muito bem do que estou falando.

Além disso, tem que se pensar em plano de carreira não só para a rede pública. A valorização do pessoal de educação tem que se dar tanto para a rede pública como para os de mantenedoras particulares enquanto elas existirem, pois a nossa luta é pela educação pública, laica e gratuita.

É só por enquanto.

**O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amaral)** – Obrigado, Adelson.

Tem a palavra o Sr. Arnaldo Ribeiro dos Santos, da Aprofem.

**O SR. ARNALDO RIBEIRO DOS SANTOS** – Boa noite a todos. Os colegas que me antecederam já fizeram uma explanação bastante evidente do que precisamos para tocarmos bem o trabalho escolar. Um dos itens que foi abordado refere-se ao salário, aos vencimentos dos professores. Pela greve que findou há pouco tempo, ficou patente que a questão hoje não se restringe a salário. Chegamos a um tempo em que outros fatores estão concorrendo até para que a saúde do servidor, do professor seja perdida.

Já há algum tempo, alguns educadores, como a Lisete Arelaro, sinalizavam com a seguinte exposição: se nada de efetivo for feito, teremos um apagão de professores. Essa

frase explica a greve, momento em que o profissional já não aguenta mais; quando o professor vai para a rua é porque não dá mais.

Ao que os colegas falaram, vou acrescentar algumas coisas. Valorização passa também pelas condições de trabalho, como classes superlotadas, quase que uma ladainha que repetimos em todos os encontros.

Também abordada pela Benê foi a questão da manutenção do concurso. A carreira é muito importante inclusive para criação e aperfeiçoamento da prática pedagógica e educativa. Já que a educação é um trabalho contínuo, sempre haverá necessidade de alguém passar o bastão para o outro, senão tudo fica muito disperso. Embora haja virtudes nas diversas diferenças, há que se garantir uma unidade, uma direção, um vetor no trabalho.

A questão já foi apontada também, mas eu vejo até na autonomia, principalmente, com o gestor quando ele está ali prestando conta da verba que ele recebe. Às vezes tem de aplicar a verba, isso já tinha falado em encontros anteriores, e coisas até que ele não necessita. Está precisando de determinados materiais, mas a verba vem para determinado fim. Até a forma contábil de prestar essa conta é estressante. O diretor, às vezes, acaba pondo a cabeça a prêmio na forma com que isso é exigido, quando não é devolvido, não sei se continua assim, por conta de um centímetro que a nota foi colada lá volta tudo para ser refeito.

Então, autonomia até na questão formal da prestação de contas e autonomia também no gasto. Gastar bem naquilo que precisa até chegar num ponto que espero, se ele não precisa e a escola está ótima a verba é devolvida e isso vai para outra escola. O ideal seria isso.

Outro item que tem a ver com a gestão é a questão da violência nas escolas, que atinge não só alunos, mas também aqueles que trabalham nas escolas. Para quem trabalha em sindicatos nós temos ciência de ver atos graves que acontecem contra funcionários às vezes cometidos pelos próprios alunos, dando um chute numa professora, uma servente que está grávida, isso já vi relatos desse tipo, dando chute na barriga, empurrar pela escada. É

lógico que esse é um trabalho que a escola tem de fazer, mas a própria Secretaria, o próprio governo estimular a reflexão com relação a isso, talvez não voltado para a violência, mas voltado para o bom convívio, já que na escuridão tem de se usar a luz e não jogar mais comentários negativos em cima. É até uma questão de sobrevivência essa questão da violência porque muitos alunos acabam abandonando o curso por conta do ambiente se tornar insuportável.

Isso eu vejo por que até 2011 eu estava em sala de aula também e a classe vai diminuindo por conta dessas coisas que acontecem. É só ver também quantos professores há de licença por conta de não aguentar mais, pois estão estressados, no limite.

Políticas de preservação de saúde deveriam ser implementadas, ou trabalhadas. Formação continuada e se cuidar da saúde. O caráter preventivo creio que vai diminuir muito os afastamentos que temos.

---

**O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amaral)** - Obrigado Arnaldo, próxima inscrita Claudete Alves do Cedim.

**A SRA. CLAUDETE ALVES** – Boa noite a todos. Vou começar pela questão da gestão. Tem sido um debate acalorado nos últimos anos nos meios dos militantes da educação com posições que já foram superadas na Conferência Nacional de Educação, mas deveríamos continuar insistindo em possibilidades de fato de termos uma gestão democrática na maior cidade da América Latina e gestão democrática para mim tem a ver com a gestão compartilhada e compartilhar significa respeitar vozes destoantes, principalmente, no seio da comunidade escolar. Isso é algo que está muito distante de virar realidade em São Paulo a meu ver.

Temos algumas ilhas de excelência, alguns modelos de gestão e quando falo da gestão eu não estou me referindo só a gestão lá na ponta na escola e sim da própria hierarquia da Secretaria Municipal de Educação. É uma coisa extremamente burocrática, permeada de preconceitos, de uma hierarquia inaceitável, por vezes, de forma que acaba repercutindo na

ponta. Às vezes, vemos parcelas da comunidade escolar que poderiam ter espaço, podiam compartilhar ações, mas elas ficam sufocadas pela não permissão de uma participação efetiva. O modelo é essencialmente burocratizado fazendo com que as pessoas que por direito teriam o direito de participar, de compartilhar a gestão, elas ficam engessadas, impedidas de participar. Para mim, isso não é democracia. Estamos muito longe de alcançar o modelo de gestão democrática no sistema de educação do Município de São Paulo, que é uma pena.

Torço para que o Plano Municipal de Educação em consonância com o Plano Nacional, que foi aprovado, possa estabelecer diretrizes para que, de fato, nós atinjamos uma gestão compartilhada na cidade de São Paulo, uma gestão democrática, na qual não haja lugar para preconceitos. Porque até aqui é assim: uns são os donos da verdade, e isso permeia todas as etapas da gestão do sistema educacional do Município de São Paulo.

Há um ponto sobre o qual temos de iniciar a discussão. Falemos da valorização do profissional de educação. Acho que a Câmara Municipal de São Paulo não pode perder a fantástica oportunidade, após ter sido aprovada a verba do Pré Sal, de ter representantes do Município de São Paulo da área da Educação, e não consigo pensar em algo que possa ser aprovado no plano que possa, de fato, acompanhar a destinação dos recursos. Só assim vai ser possível atingir o sonho de ter os profissionais da Educação mais valorizados. Acho que a maior cidade da América Latina não pode perder o *timing*. Se perder, vão continuar as eternas lamúrias de que fazemos, acontecemos e continuamos morrendo na praia.

Por fim, acho que valorizar o profissional significa investir na qualidade do atendimento. Quanto à qualidade, concordo com o que falou o Professor Arnaldo. O Plano, planeja, possibilita a criação de programas. E tem de haver alguma coisa que estabeleça o número de alunos por educador. É um absurdo o que ocorre na cidade mais rica do país, é subumano. Não é possível conviver com número tão elevado de alunos, de crianças por professor.

A valorização virá com a melhoria das condições de trabalho. E uma das coisas

cruciais, que temos de resolver, é a definição legal de um número que dê conta de o professor ministrar o magistério respeitando a qualidade do atendimento. Para isso, o número de crianças, de alunos por educador tem de diminuir para que, de fato, tenhamos profissionais valorizados.

**O SR. EDUARDO AMARAL** – O próximo é José Adão do Movimento Negro Unificado.

**O SR. JOSÉ ADÃO** – Bom dia. Não podemos nos esquecer de que nós estamos em transição, de um período de ditadura para o democrático. Diria que antecedendo a ditadura há o período escravagista-colonial, e na atual transição isso tem de ser levado em conta.

Não sou profissional da Educação, comecei a pautar a educação como fator de mudança a partir de 2002, e organicamente a partir de 2007. Assustei-me quando tomei ciência que na rede pública estadual ainda havia legalmente a chamada Lei da Mordaza, que caiu devido a constrangimento que houve no dia 14 de dezembro com a Secretaria Estadual da Educação, ela foi colocada contra parede para ser favorável a que a lei caísse. Assustou-me profundamente porque teoricamente temos um governo democrático no Estado de São Paulo, há muito tempo. E na rede municipal a Lei da Mordaza caiu somente em 2010. Entendo que não há prática ou tradição entre professores, diretores, gestores de ter a prática de ouvir as sugestões dos estudantes, dos professores, dos profissionais. E a partir daí, o que for demandado será encaminhado de forma participativa e democrática. Creio que nós estamos num processo de construção.

Como não tenho referência, eu colocava que não tinha plano de educação no Brasil. Não, tem um plano! Dizia: não, não tem plano, o que tem é a LDB, que não é plano. O plano nacional em vigor foi sancionado esta semana pela Presidente Dilma, e nós estamos discutindo o municipal. O grande momento é agora, temos essas duas referências legais, com objetivos e metas a serem alcançadas. Havendo objetivos e metas – e esta Casa é importante porque desde 2009 há plano de metas, onde o gestor público é obrigado a apresentar, em 90

dias, seus objetivos e metas para os próximos quatro anos.

As redes municipal, estadual, todos que atuam em estabelecimentos educacionais dentro do Município de São Paulo, têm de adequar suas metas aos planos. No caso do Município de São Paulo, terá de estar *linkado* ao plano de metas, e a Câmara Municipal de São Paulo tem de acompanhar a sua implantação a partir do gestor eleito. Esse fator faz com que os professores possam, em seu projeto do início do ano, incluir o acompanhamento das metas, os prazos, os custos como matéria de aula, desde a 6ª, 7ª série até o ensino médio. E havendo o plano municipal, estadual e nacional, que vai desde a creche até a universidade, a Educação passa a ser um processo, e não uma coisa assim: a rede estadual puxa para um lado, a municipal para outro, a privada para outro. São cinco, seis, sete cabeças, mas sem rumo.

A partir dos planos estadual e municipal o país passa a ter rumo. E ao ser conquistado, vão ser alcançados objetivos e metas, os quais foram acompanhados, foram observadas as suas execuções. Nesse sentido, é importante que os professores possam ser livres, autônomos e soberanos porque não tem como haver evolução se o professor estiver amarrado nessas propostas, nos projetos pedagógicos da sua escola.

Um exemplo: a conta de água, de luz, por mais campanha que a Sabesp, que a Eletropaulo faça não tem como o estudante criar um projeto, apresentar projeto na feira de ciências, para ajudar nos problemas porque as escolas não têm controle sobre os custos de manutenção. A conta não é paga pela direção da escola, é paga pelo DRE municipal ou pela gestão do nível estadual.

Pergunto: se não estamos juntos, como vamos aprender? Somente pelo exemplo é que podemos educar.

As falas anteriores propuseram uma gestão, levando em conta a participação, a democratização, todas elas passam pelo exemplo. O exemplo está no professor, no diretor de DRE, no Secretário de Educação Estadual, Municipal e no ministro da Educação. Se não houver o exemplo não há como os alunos aprenderem.

**O SR. EDUARDO AMARAL** – Não há mais inscritos, há somente reinscritos. Abro para a reinscrição? (Pausa) Vamos aos reinscritos. Tem a palavra a Sra. Bene do Sinesp.

**A SRA. BENE** – Agora vou falar da Gestão Educacional. A Claudete nos trouxe uma questão quanto à estrutura hierárquica, que é muito fechada, rígida. Lembro que hoje a escola está amarrada em tudo. O calendário vem de cima, ela não define; a atribuição vem de cima; a estrutura de merenda, cardápio, vem de cima, é tudo definido. Se a escola vai ter ou não profissionais, vem de cima. A autonomia da escola é quase zero, é mínima.

Em termos de Gestão Educacional, este ano houve uma abertura que consideramos importante. A escola teve autonomia para acomodar os profissionais quanto ao acúmulo de cargos. Pleiteamos é que quanto às atribuições, que a escola tenha autonomia. Há uma escala de professores, se ela for obedecida, se não estiver tendo prejuízo ao aluno, para ninguém, as questões que surgem e que atrapalham a atribuição do professor poderiam ser resolvidas internamente. Se for preciso trocar uma sala por outra, essa questão poderia ser resolvida internamente, desde que não houvesse prejuízo aos alunos. Outro aspecto: que não ferisse o direito de ninguém; e que todos os interessados fossem ouvidos, sendo considerados os problemas de cada um. Autonomia é uma das coisas que nós defendemos, e está na lei 14660, na nossa Lei da Educação, o art. 95 trata da autonomia e das atribuições. Consideramos essa questão de fundamental importância.

Outra coisa que está na lei, que está regulamentado, mas não foi implantado é uma lei, o autor da lei foi o Presidente do outro sindicato, do Sinpeem, sobre os conselhos regionais no âmbito da Secretaria da Educação. Existe uma lei que diz que as DREs(?) deveriam ter um conselho de representação, um conselho de participação; no entanto, a lei foi criada e regulamentada, mas nunca foi colocada em prática.

Então, a gente acha importantíssimo que haja um conselho sim. É uma forma de as pessoas estarem contribuindo para a melhoria da qualidade do ensino. As escolas têm problemas. Era um fórum para resolver os problemas das escolas. Então, a gente defende que

seja implementado esse conselho que foi criado, na questão da gestão educacional.

Uma coisa importantíssima que deveria ocorrer é com relação aos profissionais de Educação. Até no mês passado, havia escolas que não tinham professores regentes numa matéria ou em outra. O que deveria haver no plano? A lotação de todos os profissionais em todas as unidades educacionais, desde o primeiro dia de aula, desde o primeiro dia do novo ano letivo. Para começar, todo mundo tinha que estar na escola, e não acontecer o que tem acontecido ao longo de todos esses anos. Até hoje, se formos procurar, encontramos escolas onde estão faltando professores, não só de módulos, às vezes, até de regência. Se formos até à zona Sul, há uma carência imensa. Daqui para o segundo semestre, por questões de exercício de direito das pessoas, os CEIs vão ter um problema imenso de falta de professores. Então, a lotação de todos os profissionais, desde o primeiro dia de aula, é fundamental.

Outra coisa que a gente defende é a redução da burocracia. Existe, na rede, uma burocracia imensa, para tudo, para manutenção de serviços, para gastos de recursos que a escola recebe. Agora melhorou um pouquinho; há o PTRF. Antes tinham de gastar 50% de custeio e 50% de capital; agora está livre. Se uma escola não pode comprar um produto, que a DRE tenha feito um pregão. Então, ela fica impossibilitada de comprar. Então, a autonomia para gastos é fundamental.

**O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel)(?)** – Tem a palavra o Sr. Arnaldo, da Aprofem.

**O SR. ARNALDO** – Eu vou pontuar, de forma rápida, o que eu tenho aqui. De fato, a gestão democrática começa pelo respeito, inclusive de quem determina o que deve ser feito em Educação em muitos casos. Quanto ao respeito aos gestores, é comum ou tem sido comum a secretaria mandar uma minuta de alguma resolução, de algum procedimento qualquer que ela queira adotar, mandar na parte da manhã para se entregar, até o meio-dia, um posicionamento das entidades. Quer dizer, mal dá, às vezes, para os próprios diretores se reunirem, porque eles têm também compromissos assumidos, quanto mais os educadores, de

forma geral. O ideal seria que passassem também, de forma bem abrangente entre os educadores. É certo que, muitas vezes, não dá para se fazer isso; mas, pelo menos aqueles que estão na lide(?), fossem mais respeitados, na participação em opinar sobre alguma coisa que já vem escrita. Muitas dessas coisas, temos que ter até embasamento jurídico, para concordar ou não; e não é de uma hora para outra, em meia hora, mandar-se um e-mail, como assim acontece, para se manifestar com relação a algum ponto de vista.

Ainda com relação à gestão da Educação, talvez já tenha sido falado em outros momentos, mas sinto que deve haver melhores condições e mais amplas, inclusive, para que a escola possa atender de forma efetiva crianças com necessidades especiais e aquelas portadoras de altas habilidades ou que tenham altas habilidades. Há um decreto - se não me engano - que trata disso, mas não é tão conhecido ou não é tão divulgado porque custa caro também, por ser uma Educação que contempla de forma efetiva as necessidades de alunos que tenham deficiências e aqueles que têm um saber acima da média.

O que acontece normalmente com os que têm um saber acima da média, em não sendo desafiados com relação aquele conhecimento que detêm, acabam sendo avassalados por um comportamento mediano, quando não se tornam indisciplinados também. E aí começa aquela bola de neve.

Outra coisa que vejo como interessante, não só com relação a gestores, mas com todos aqueles que trabalham em Educação, é pelo menos uma introdução, uma formação inicial para aqueles que vem trabalhar na Educação, para evitar que às vezes as pessoas caiam de paraquedas, uma preparação. Falo isso até em relação a minha pessoa, porque quando assumi uma escola como Diretor, senti isso na pele. Você não sabe nem que conta, porque há mais de uma conta bancária, que você vai depositar um cheque que vem para depois a verba ser usada pela escola. E os riscos que há em não seguir aquelas determinações administrativas, porque tem de haver essas determinações administrativas, cuidados com a contabilidade e tal. E se o diretor não tem um mínimo de orientação pode se

deparar com sérias dificuldades depois, até com processos.

Então essa formação até para o ATE: como abordar uma criança. Uma coisa é fazer o concurso, ler e depois começar a trabalhar, outra coisa é ter um mês, um tempo de realidade para agir com mais segurança com relação às crianças. E até não destruir às vezes um trabalho que vem sendo feito em sala de aula, de repente lá no pátio com uma palavra destrói tudo o que foi trabalhado na sala de aula e vice-versa. Ou até faz um trabalho legal com as crianças e na sala de aula aquilo desaparece.

Vemos que os profissionais de Educação têm padecido no DSS e no HSPM. Então uma articulação melhor, uma aproximação melhor dessas necessidades, até em termos de prevenção da saúde para não chegar ao caos em que estamos com relação até ao pouco caso. Temos até BO no DSS pelo tratamento desrespeitoso às pessoas.

Foi falado na época das manifestações e se refere aos profissionais dos CEIs, a turma fala que não tem nem horário para ir ao banheiro. Na realidade é um horário para a pessoa se recompor psicologicamente e até fisicamente. Às vezes até para dar um telefonema para casa, porque saiu e deixou alguém doente ou tem alguma coisa necessária que deve ser feita. O profissional não tem isso e fica dando aula com aquilo na cabeça. Às vezes até na parte fisiológica estimulando o início e alguma doença. Então não é para sair, para fumar, mas é uma questão de prevenção de saúde.

Concluindo, um dos problemas na arquitetura das escolas, não só em relação aos profissionais como também aos alunos. A maioria dos profissionais da Educação são mulheres e a quantidade de banheiros para homens e mulheres é o mesmo. O setor de engenharia precisa começar a pensar nisso porque acaba interferindo na saúde e condições de trabalho.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amaral)** – Obrigado, Arnaldo.

Tem a palavra a Sra. Silvana.

**A SRA. SILVANA** – Na realidade não sei se é pertinente ao plano ou não. É

desconhecimento meu mesmo, mas tenho uma preocupação com a questão de ATE e não sei se o plano pode apontar para isso, porque talvez entre como discriminação. Como Coordenadora de Educação Infantil me deparado com essa questão.

Temos recebido ATEs homens, e é um complicador porque uma das funções do ATE seria, por exemplo, trocar a criança. E além de Coordenadora, como mãe e tal, eu me pergunto como seria para mim como mãe um homem trocar minha criança pequena.

Essas questões têm aparecido na Educação Infantil. Por exemplo, o próprio ATE ficar desconfortável por essa ação se for uma menina, mesmo se for um menino, mas enfim, se for uma menina a coisa fica mais complicada.

Por isso, com relação a essa questão do ATE eu não sei como o plano poderia encaminhar isso. Por força da lei, talvez, seja uma questão de que não posso discriminar, barrar o homem, enfim, mas na escola houve situações da família questionar e eu comecei a dar banho na criança, por exemplo, quando fazia xixi, porque a família questionou que um homem estava fazendo esse papel.

Como o Arnaldo falou sobre a formação do ATE quis levantar essa questão que me incomoda e incomoda outros educadores, educadoras e as próprias famílias. É uma demanda que vem para a coordenação, para a gestão da escola.

**O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amaral) – Quer comentar?**

**(NÃO IDENTIFICADO) –** Vou fazer só um breve comentário porque na verdade o problema reside em outro aspecto. É claro que temos de ter um cuidado sobre o trato com a criança, ainda mais pensando na questão da vulnerabilidade dessa criança, mas não só por uma questão de gênero, acho que é a condição na qual os funcionários trabalham.

Na verdade, precisamos romper um pouco com essa sociedade sexista, esse tipo de coisa. Eu tenho um filho e eu o troco, não há problema nenhum.

Agora, é claro, eu sou o pai...

- Manifestação fora do microfone.

**(NÃO IDENTIFICADO)** – Acho que poderíamos pensar nessas sugestões, como é que tornamos a condição de trabalho dessa pessoa em uma situação que não deixe as crianças de forma vulnerável.

É a mesma questão, por exemplo, de termos um ATE para cuidar de 400 crianças. Então acho que é muito mais a condição em que eles trabalham do que ter uma pré-concepção de que será um problema porque é um homem, mas sim por causa das suas condições de trabalho, de não ter ninguém para auxiliar. Se você, por exemplo, vai lá não é para vigiá-lo, mas para auxiliar.

Agora, é claro que esses problemas existem e vamos evitar isso atuando nas condições de trabalho, por isso a gente também tem como pauta a valorização profissional, e acho que é nisso que precisamos incidir.

**O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amaral)** – Pessoal, só para esclarecer: a Silvana, o Nilson e eu temos o papel um pouco de recolher, e, às vezes, fazer algumas intervenções, para tentar inclusive aprofundar um pouco sobre qual o subsídio que precisamos trazer para o corpo do relatório e para o próprio Plano Municipal. Então às vezes levantamos algumas questões, mas a preocupação é que como vamos incorporar nesse grau de detalhamento. Por isso, a nossa intervenção não é um mero comentário. Até como estamos com essa tarefa de depois sistematizar isso num texto, será necessário precisar em que termos podemos trazer essa contribuição para o texto.

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amaral)** – Peça, no microfone, por favor.

**A SRA. CLAUDETE** – Desculpe-me, se eu não entendi. O que eu entendi é que a Comissão de Educação, preocupada com o projeto do Plano Municipal de Educação, está chamando vários setores da sociedade para discuti-lo. E foram organizadas várias reuniões com determinados temas. Hoje, problema, vocês dividiram na questão da valorização do profissional e na questão da gestão democrática. Mas começam a vir elementos para a Mesa

que não integram a discussão do plano, mas à outra discussão, que é a de organização de carreira, porque, senão, eu me sinto prejudicada em não manifestar a minha opinião. Eu não fiz determinada intervenção com outra compreensão. Mas pelo o que eu vejo de algumas falas, é possível fazê-las. Era nesse sentido a minha preocupação. E a minha fala, é claro, quero dedicar totalmente à questão da intervenção da companheira.

**O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amaral)** – Vou tentar esclarecer. Quando organizamos essas reuniões, nós as dividimos em alguns temas. Primeiro, para garantir que todos eles tivessem tratamento, porque, a depender de como for, chamamos tudo numa reunião, com tema geral, e algumas questões vão ficar sem a devida observação no debate.

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amaral)** – Se eu bem entendi a intervenção do Arnaldo, ela ia também no sentido da formação continuada, que está prevista entre os temas.

Vou continuar seguindo a ordem das inscrições. Há reinscritos, mas a Késia (?) pediu a primeira inscrição.

**A SRA. KÉSIA** – Boa noite a todos. Quero me desculpar pelo atraso. Já vinha bem atrasada, e peguei muito trânsito aqui no início da São Luiz.

Não consegui ouvir o começo, mas os colegas me passaram que o Vereador teve de se ausentar por outro motivo, e queria parabenizá-lo pelo fato de ter retornado, porque a discussão da gestão democrática é muito importante para nós. E quando vemos que muito se fala e pouco se faz, e muito pouco se colocou no plano de um tema que discutimos e debatemos muito, que foi um dos temas mais debatidos da Conae, que teve muitas intercorrências, e aqui não saiu nada.

Quero falar da Meta 21 do Plano Municipal.

Estou aqui com umas anotações que saíram da Conae de 2010, que não consta aqui, mas que eu considero fundamental, como segmento família, que constem aqui.

Uma das deliberações foi instalar o Conselho Municipal Paritário de Educação com

caráter deliberativo, considerando o ECA, a Constituição Federal e o Estatuto do Idoso, que determinam que todo poder emana do povo, com 50% de usuários da escola, ou seja, pais, adolescentes, jovens e idosos que estão no EJA e de outros profissionais da educação.

Estamos falando isso porque logo mais à frente nós também colocamos que queremos realizar eleição direta para os membros do Conselho Municipal de Educação e para o Conselho do Fundeb, que são indicados pelo Governo, e não eleito por seus pares. Então é fundamental que mudemos essa lógica. Se queremos falar de gestão democrática, precisamos exercer a democracia pelo voto direto ou pela indicação direta de cada segmento, e não como é hoje.

Assegurar maior autonomia ao Conselho de Escola e à PM. Colocamos isso como meta do Plano porque, em muitas escolas, muitos conselheiros sofrem muito assédio em relação ao seu posicionamento como conselheiro, e sendo ele profissional ou não, inclusive pais. Então precisamos ter assegurada uma autonomia.

Em relação à gestão democrática, nós viemos numa luta de dez anos para a implantação de algo que consideramos muito importante, o conselho de representantes dos conselhos de escola, para que possamos fortalecer a atuação dos conselhos de escola em prol justamente da gestão democrática na cidade de São Paulo. E não tem uma vírgula aqui nessa meta sobre isso. E foi um ponto sobre o qual houve unanimidade, porque o Crece é fundamental para a implantação da gestão democrática na escola.

Agora, costumamos falar também que a democracia é boa na casa dos outros, porque na da gente é muito complicada. Então talvez o fato que fez com que a Meta 21 esteja tão aquém, de quatro páginas sair praticamente dez linhas, deve ser porque é difícil fazer a democracia na minha casa.

Então gostaria que pudéssemos rever isso, e colocar na Meta 21 o que foi proposto, o que foi debatido e o que foi delirado na Conferência, que são esses pontos. Iria falar também sobre os grêmios estudantis, mas parece que uma colega já falou antes de mim,

então só queria reforçar isso.

Pedimos também para aplicar mecanismos efetivos de controle social e de funcionamento e acompanhamento dos conselhos na área de educação existentes na cidade de São Paulo, atribuindo-lhes caráter consultivo e deliberativo. Sabemos que há conselhos que não são nem consultivos e nem deliberativos, pois existem só de *pro-forma*. Então gostaríamos que isso fosse revisto.

E aí eu queria dizer para vocês que, neste ano e no ano passado, tivemos o grande êxito de eleger, através do Crece de Pirituba, os pais do Fundeb. Foi uma vitória. Há praticamente 20 anos que vimos nessa luta, e o Crece de Pirituba conseguiu mandar quatro pais para esse conselho. E eu queria salientar também que esse conselho tem contado permanentemente com a presença das suas cadeiras, o que, nesses últimos dez anos, nunca aconteceu, porque elas sempre foram indicadas pelo Governo, e os pais indicados não participavam. Então isso é uma maneira verificada de uma gestão democrática realmente acontecer, que é quando temos a representação do nosso segmento, de forma que podemos cobrá-los, e eles têm a responsabilidade de representar realmente. Essa é a diferença. Por isso é tão importante que haja a indicação direta dos segmentos.

Vou entregar as minhas anotações.

Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amaral)** – Tem a palavra o Sr. Adelson, do Sinpeen.

Pessoal, combinamos de terminarmos até as 21h. Posso encerrar a inscrição na fala do Adelson? Quem quiser pode se inscrever agora.

**O SR. ADELSON** – Preocupou-me bastante a fala da colega, e eu acho que está também ligado ao plano.

Primeiro eu quero colocar que uma das reuniões da qual eu participei não tratava de se fazer um plano municipal para as escolas públicas municipais, era um plano municipal

para a cidade de São Paulo. Logicamente, as pessoas que representam instituições ligadas mais aos funcionários públicos estão falando junto aos funcionários públicos, a maior parte. Mas fiquei bastante preocupado.

Também sou coordenador pedagógico de EMEI, mas, antes disso, eu sou educador, pai e avô, membro de uma sociedade. Acho que nós também devemos estar muito preocupados com a parte da educação da sociedade, porque eu não quero colocar transtornos para as famílias, e diferenciação de fazeres profissionais. Eu não posso colocar esse tipo de coisa. O direito é igual. Há um edital de concurso que prevê nossas tarefas, e temos de estar aptos a todas elas. Então não tenho muito medo desse tipo de coisa. E existe profissionalismo. Temos de realmente dar condições de trabalhar, e nisso eu considero trazer a sociedade para dentro da escola também, e discutir tudo aquilo que temos de encaminhar. Se nós realmente fizermos esse tipo de coisa, a preocupação cai, desaparece. Temos de inserir a sociedade naquilo que ela quer, de serviços, independentemente de quem vá fazer a tarefa.

Recordo-me muito bem, quando nasceu a minha primeira neta, da preocupação que havia em casa, no entorno, com o pessoal direto de casa: “Ah, mas vai cuidar da menina?” Por que o homem não pode cuidar da menina? Você cuida como família e também como educador, trazendo a família, discutindo, botando isso como condição de trabalho mesmo, e saindo programas de elucidação desse tipo de preocupação que você tem, acho que caminhamos para um lugar melhor dentro de condições de trabalho, dentro daquilo que a sociedade merece, e eu não ser discriminado por ser homem ou outra ser discriminada por ser mulher, ou qualquer outro tipo de coisa que venha a ocorrer com a liberdade de cada um ser o que quer ser. Temos de ser respeitados como educadores. Essa fala é introdutória em relação à sua preocupação.

A fala da Késia me trouxe outra preocupação, ligada a conselhos.

O nosso plano também tem que bolar muito bem esse tipo de coisa. Sou um dos primeiros participantes do Fundef ainda, e a maior que houve no passado foi trazer aluno e

pais para o conselho. Isso foi terrível para nós. Então o plano tem que ver condições de como trata essa inserção desses usuários para com o Fundeb hoje, porque, senão, vai ser da mesma força do laça-laça. Recordo-me de que esta foi uma preocupação durante todos os anos em que lá estive, e inclusive fui secretário do Fundef, é trazer pais para dentro do Fundef. Foi terrível. Duas pessoas da minha época mexiam muito com isso, o João e eu, mas muito preocupados com essa situação da participação. Nesse parênteses, digo que esta é uma grande preocupação que temos de estar prevendo dentro do Plano Municipal, e como vai ficar a situação do plano com relação àqueles que ainda não estão vindo para as discussões. Tem que ter condições de trabalho, preocupações com edital de concurso, enfim, coisa que tem que pensar em grande representação, tal qual pode estar começando pelo Crece ou por lei que vem depois do Crece, que praticamente é a mesma coisa com relação à utilização de todos os meios nas (Ininteligível).

—————  
**O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amaral)** – Encerradas as inscrições. Tem a palavra a Sra. Claudete.

**A SRA. CLAUDETE** – Queria sugerir à colega que pegasse o referencial, os parâmetros curriculares de educação infantil do MEC, e, bem antes do MEC, que está em SAS, porque me preocupou muitíssimo. Você é uma coordenadora pedagógica, numa reunião como essa, em que você é mediadora, me desculpe, eu fiquei extremamente preocupada. Dizer que você, como coordenadora, tem a preocupação de um ATE (?), que trabalha na educação infantil, que poderá trocar uma criança...

- Manifestação fora do microfone.

**A SRA. CLAUDETE** – E você disse que como mãe também era uma coisa que te preocupava. Eu entendo o que você coloca, mas o que eu sugiro é que sejam pegos os documentos, os referenciais, que lá está posto. Foi uma luta enorme. Nos, que militamos na educação infantil, conseguimos trazer a figura masculina para dentro dos CEIs, para acabar com essa coisa que é extremamente preconceituosa, uma visão machista. Enfim, foi uma luta

de anos. Inclusive no que precedeu a aprovação da LDB, eu participava de um grupo que a gente levava com muito afincado essa questão. Então veio a acrescentar, principalmente na educação infantil, não é o ATE, não, nós temos professores, e nós comemoramos cada professor homem que entra na educação infantil, porque vocês não sabem o quanto é importante para aquele ambiente. E ele troca a fralda, sim, dá banho em menino, menina. Assim, me desculpe, a sua fala entendi. Temos vários problemas relacionados com a violência sexual às nossas crianças nas próprias casas, por pais, avós, tios, irmãos e tal. E o profissional está lá para executar como profissional. Alias, não é atribuição do ATE trocar fralda, porque trocar fralda é uma atividade pedagógica. É que algumas pessoas não entendem e terminam fazendo confusão. Tem todo um preparo de observação e tudo o mais.

Então eu fiquei extremamente preocupada, porque estamos discutindo um plano municipal, e eu estou ouvindo isso de uma pessoa que se coloca como mediadora no debate. Mas tudo bem.

Queria sugerir...

- Manifestação fora do microfone.

**A SRA. CLAUDETE** – Até como mãe. Não, eu respeito.

- Manifestação fora do microfone.

**A SRA. CLAUDETE** – Você deixaria eu...? Eu não estou distorcendo. Você falou que como mãe também, se tiver registrado. Você falou que era uma das questões que te preocupada também como mãe. Foi essa a sua fala. E eu entendi. Eu não estou criticando do ponto de vista de falar que sei mais, mas está nos parâmetros curriculares da educação infantil, está nos documentos de CEBs. Essa é a importância. E o grande problema é a formação. Talvez, o Plano Municipal tenha que garantir efetivamente o conhecimento dos documentos, dos trabalhos, das pesquisas que foram feitos, porque, senão... Como posso mediar um conflito com um pai que questiona que na sala de aula de sua filha há um professor e não uma professora? Então, nos parâmetros temos toda uma diretriz, toda uma sensibilização, toda uma

direção para isso.

Por fim, ainda em valorização, é claro que o Plano Municipal de Educação não é só para a rede pública, principalmente em uma cidade como a de São Paulo, em que temos essa tarefa compartilhada. Aí, como fica essa valorização? O Plano trará essa preocupação?

Por exemplo, no Município de São Paulo o Plano apontará um piso para os educadores da Cidade?

Então, para falarmos que temos um plano que traça diretrizes que obrigarão o cumprimento de metas, podemos nos perguntar se haverá uma proposta de piso mínimo para os educadores de Educação na cidade de São Paulo? É muito mais amplo. Não dá para ficar focado só nessa questão da rede direta.

Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amaral)** – Obrigado, Claudete.

Próximo inscrito, Adão.

**O SR. ADÃO** – Retomando a questão do Plano da Educação da Cidade, encaro isso como uma conquista, porque no território da Cidade há as redes municipal, estadual, federal, conveniada, particular, e assim por diante.

Um jovem bem educado vira um adulto bem educado. O retorno que ele traz para a sua família e para a sociedade é imenso.

Então, existe uma corresponsabilidade de toda a sociedade por esse processo. Para as famílias, é muito importante que haja essa visão de um processo e de uma corresponsabilidade e que o resultado seja compartilhado, porque o sucesso ou o insucesso será amplamente distribuído.

De 2008 até o dia de hoje, aqui na Raposo Tavares houve a constituição de uma entidade chamada Pides – Projeto Integrado de Desenvolvimento Sustentado do Distrito Raposo Tavares. Lá há em torno de cem mil moradores e há muitas cidades, muitos distritos brasileiros com menos de cem mil moradores, só que na visão de muitos gestores, muitos planos deixam de ser implantados por causa da grandeza da cidade de São Paulo. Esses gestores se esquecem de que a Cidade é composta por áreas menores, então é perfeitamente possível se pegar uma experiência que deu certo em um lugar menor e replicá-la aqui no Município.

Nesse sentido, o Conselho do Plano de Educação da Cidade se subdivide em 96

distritos. Organizamos, em Raposo Tavares, um projeto que abarca as entidades, atendendo cerca de cinco mil famílias, envolvendo as questões de educação, moradia, saúde e esporte. O equipamento chamado CEU Educação é de suma importância. Lá, também, temos a chamada Vila Olímpica Mario Covas, temos os equipamentos públicos, mas cada um tem um direcionamento, não há uma coordenação em conjunto.

Então, vejo como necessário constituirmos uma coordenação em conjunto. Se houver uma unificação, um foco para o local, para o distrito, a potencialidade dos programas educacionais será aumentada.

Portanto, vejo necessária a criação de fóruns distritais de educação.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amaral)** – Tem a palavra a Sra. Benê.

**A SRA. BENÊ** – Só para complementar em relação aos conselhos. Tem que haver garantia aos conselhos de acompanhamento das políticas públicas, e, aqui, incluímos Fundef, CAE, o Conselho do Hospital Municipal. Tem que haver recursos financeiros para que eles possam atuar, tem que haver espaço físico adequado. Hoje, os conselhos ficam mudando de lugar! Com exceção do HSPM que ocorre lá, o CAE, cada dia acontece em um lugar, não tem um espaço físico. Ao passo que há municípios... A Receita Federal deu um curso e mostrou uma cidade, a cidade que era um nada, tinha um espaço para os conselhos: uma construção com salas adequadas, estrutura, banheiro.

Então, o Plano tem que cuidar disso. Tem que haver uma estrutura adequada para o funcionamento dos conselhos. Eles não podem ser itinerantes. Isso é fundamental.

Outra questão em relação aos profissionais: antigamente, no Município de São Paulo, havia medidas preventivas de saúde. Fazíamos exames preventivos. A Secretaria de Educação cuidava disso. Isso acabou. Então, o pessoal nosso está muito adoentado. Uma estrutura, como o Arnaldo levantou, está muito defasada, está muito lenta. As pessoas passam meses aguardando o deferimento de uma licença, quando vem, é negado. Aí, você entra em processo de faltas.

Então, a saúde do trabalhador está ficando muito prejudicada. O nosso retrato da rede mostra que as pessoas vão trabalhar doentes, com febre e vão porque perdem pontuação. Tem que haver uma preocupação efetiva com a saúde do trabalhador. Tem que haver uma estrutura para garantir um ambiente, tanto interno como externo, e medidas preventivas para que o trabalhador, realmente, tenha uma saúde e, aliado a tudo isso que já foi

levantado, número de alunos por classe e tudo mais.

É por aí.

**O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amaral)** – Obrigado, Benê.

Tem a palavra a Sra. Quézia.

**A SRA. QUÉZIA** – Pedi reinscrição para falar um pouco sobre a outra meta, que é a da Gestão Educacional e o Regime de Colaboração. Não consegui identificar muita coisa que debatemos e que está nas deliberações de 2010. Nem o número da meta consegui identificar.

Gostaria de salientar que uma das coisas que deliberamos é que optamos por organizar projetos educativos que abranjam cursos de capacitação para familiares dos estudantes aos sábados; atividades culturais e educacionais fora do ambiente escolar; educação para o trânsito; orientação sexual; planejamento familiar; cuidados com o meio ambiente e, principalmente, cidadania e participação ativa, porque isso, há muito, não vemos nas escolas.

Então, gostaríamos que fosse garantida essa deliberação.

Apesar de estarmos no plano deste Governo, temos um PL desde 2008 tramitando nesta Casa, que já passou pela primeira votação, estando em condições de ir para a segunda votação, mas, infelizmente, não estamos vendo nenhum empenho para que isso se concretize, tanto da parte dos vereadores, quanto do Governo. Já pedimos várias reuniões e o que ouvimos é: “A gestão democrática é muito importante”, mas isso não nos leva a lugar algum. Precisamos de ações efetivas.

Já participei de várias reuniões com o MEC, porque o nosso PL não está só aqui, nesta Casa, também está no âmbito Federal e estadual. Nós, os pais, de 17 Estados, nos reunimos com o MEC e pedimos um fórum permanente nacional de conselhos de escola, porque não é possível que a instância de deliberação maior da escola, da gestão democrática, não consiga ser prevista em lugar algum. Não temos, em lugar algum, garantida a participação da representação dos conselhos de escolas.

Então, gostaríamos que pudéssemos levar adiante essa questão. E, aí, gostaria de salientar que, no fórum municipal, já colocamos em nosso regimento interno, a formação de fóruns regionais de educação. Mas isso é uma luta que, não acredito que seja hoje que concretizaremos isso, nem acredito que os nossos filhos desfrutem disso. Talvez, os nossos netos ou bisnetos consigam desfrutar dessa tão falada gestão democrática. Acredito que estamos indo pelo caminho certo, que é de persistir e persistir. O PL é o 638/08, que trata do

CRECE.

Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amaral)** – Passo a presidência dos trabalhos ao Vereador Reis.

- Assume a presidência o Sr. Reis.

**O SR. PRESIDENTE (Reis)** – Quêzia, peça para os autores do projeto de vocês, colocarem-no na pauta para ser votado. Os autores têm que colocar na pauta para o PL ser votado. Quem apresentou o projeto, tem que fazer gestão para aprová-lo.

Tem a palavra o Sr. Arnaldo.

**O SR. ARNALDO** – Antes de citar dois pontos que elenquei aqui, só queria retomar o que a Sra. Silvana disse, da preocupação de um homem cuidar de uma criança. Essa é uma questão cultural. Acredito que haja essa preocupação, até receio, só que isso só acabará pelo esclarecimento.

Temos aí, e demorou um pouquinho, o enfermeiro. Ele dá banho em qualquer um e é uma figura aceita já. O indivíduo tem que ter a liberdade de optar por um trabalho. Então, vejo mais como uma questão de tempo de adaptação, porque questões culturais não desaparecem por lei. É uma questão de evolução.

Até mesmo nesse concurso que houve, existe uma legislação sobre tatuagem. Se o indivíduo tem tatuagens em determinadas partes do corpo e que sejam ofensivas, ou que tenham cunho ideológico, ele não poderia prestar o exame. Isso fazia parte do edital do concurso.

Já tratando da formação de quem viria ou virá trabalhar na Educação, não sei se é uma questão própria para a SME ou se a SME poderia encaminhar para o Conselho Federal, não sei o âmbito dessa resolução ou da abordagem desse problema, a preparação, uma renovação nos cursos de licenciatura, desde a própria saúde do profissional. Não há um curso de licenciatura, pelo menos que eu imagino, que tenha um semestre de fonoaudiologia, para o professor ter noções. Isso porque, se o professor não usar bem a voz, ele acaba com a voz. Então, essas noções, pelo menos, deveriam estar despertadas no curso de licenciatura para que o indivíduo procurasse, até para forçar no ambiente de trabalho, uma situação que se adapte mais à comunicação. Não sei até se o curso de Jornalismo tem.

Outro problema diz respeito à Educação Infantil que, como foi colocado, não é só para a escola pública, mas também para a Cidade como um todo. Talvez uma preocupação

maior do Governo, já que há uma demanda muito grande de crianças sem ser atendida, em Educação Infantil, que também, por outro lado, se preservasse a qualidade das escolas particulares de educação infantil. Algumas, na realidade, têm armadilhas para crianças. Falo isso porque fui supervisor e participava de visitas. Então, é mais a questão de prevenção de acidentes com crianças. Vi isso, escolas em reforma. Pessoas aproveitam residências particulares para fazerem a escola e tem lá o carro na garagem – que não poderia ter. Então, há situações diversas.

Era isso que queria assinalar.

**O SR. PRESIDENTE (Reis)** – Então, na segunda-feira foram convocadas mais três sessões extraordinárias para se tentar votar o Plano Diretor e o projeto que dispõe sobre o terreno da Copa do Povo. Portanto, provavelmente, se as sessões se estenderem, talvez o Vereador Toninho Vespoli não poderá acompanhar a reunião. Mas, se tudo correr bem, se terminar antes das 19h, o Vereador Toninho Vespoli presidirá a reunião de segunda-feira.

Então, a próxima reunião do Grupo de Trabalho está agendada para o dia 30 de junho, às 19h, no Auditório Prestes Maia, o tema será: Educação Inclusiva; EJA; Educação Indígena; Educação Afro-brasileira. Será a última reunião dos grupos de trabalho.

No mês de agosto, já agendaremos as audiências públicas com o material produzido.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta reunião.